



Pós em Direito e Processo Penal
Estrutura Curricular – disciplina/carga horária

MODULO I - FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL E DO PROCESSO PENAL	
Criminologia, Política Criminal e Segurança Pública	32 h/a
Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais	32 h/a
Estudo do Crime e da Pena - Dogmática Penal	32 h/a
Espécies de Investigações e de Ações Penais	32 h/a
Carga horária total	128h/a
MODULO II – CRIMINALIDADE CONTEMPORÂNEA E RESPONSABILIDADE CRIMINAL	
Criminalidade na Administração Pública, Crimes Licitatórios e Lei Anticorrupção	32 h/a
Crimes Federais	32 h/a
Fake News, Crimes Cibernéticos e Lei Geral de Proteção de Dados	32 h/a
<i>Criminal Compliance</i> e Responsabilidade Penal Empresarial	32 h/a
Carga horária total	128h/a
MODULO III – DIREITO PROCESSUAL PENAL	
Justiça Penal Negociada	32 h/a
Medidas Cautelares Pessoais e Reais	32 h/a
Teoria Geral das Provas e Sistema de Nulidades	32 h/a
Processo Penal nos Tribunais - Recursos e Ações Impugnativas.	32 h/a
Carga horária total	128h/a
Módulo: Aplicação do Conhecimento	48h/a semipresenciais



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. **Nome da Disciplina:** Criminologia, Política Criminal e Segurança Pública
2. **Carga Horária:** 32 horas
3. **Ementa:** Evolução do Pensamento Criminológico, Política Criminal e Segurança Pública no Estado Democrático de Direito.
4. **Objetivo:** Propiciar ao aluno uma visão aprofundada da evolução do pensamento criminológico e dos modelos de política criminal. Inserir o discente no atual debate sobre segurança pública.
5. **Bibliografia:**

a. Básica:

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

CARVALHO, Salo de. Antimanual de criminologia. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

SHECAIRA, Sergio Salomão. Criminologia. 9ª ed. São Paulo: RT, 2021.

b. Complementar:

ANDRADE, Vera. Sistema Penal Máximo X Cidadania Mínima. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

LYRA, Roberto. Criminologia. Rio de Janeiro: Forense, 1964.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Criminologia e Direito Penal em Roberto Lyra e Nelson Hungria: uma proposta indisciplinada. Rio de Janeiro: Lumen Jurs, 2008.

c. Bases de Dados

Biblioteca digital Mackenzie: <https://www.mackenzie.br/biblioteca/recursos-de-pesquisa/bases-de-dados/>



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. **Nome da Disciplina:** Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais
2. **Carga Horária:** 32 horas
3. **Ementa:** Princípios Penais e Processuais Penais. Aplicação Prática dos Princípios na Solução de Casos Reais pelos Principais Tribunais do Brasil.
4. **Objetivo:** Propiciar ao aluno uma visão aprofundada dos princípios basilares do direito penal e do processo penal no sentido de estabelecer uma base principiológica sobre a qual se desenvolverão os demais institutos do direito penal e do processo penal.
5. **Bibliografia:**

a. Básica:

LIMA, Alberto Jorge Correia de Barros. Direito penal constitucional: a imposição dos princípios constitucionais. São Paulo: Saraiva, 2012.

LUIZI, Luiz. Os princípios constitucionais penais. 2 ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza. Princípios constitucionais penais e processuais penais. 4 ed. São Paulo: Ed. GEN, 2015.

b. Complementar

CERNICCHIARO, Luiz Vicente; COSTA JÚNIOR. Paulo José. Direito penal na constituição. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. São Paulo: RT, 2010.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. O princípio da proporcionalidade no direito penal. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2003.

c. Bases de Dados

Biblioteca digital Mackenzie: <https://www.mackenzie.br/biblioteca/recursos-de-pesquisa/bases-de-dados/>



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. **Nome da Disciplina:** Estudo do Crime e da Pena - Dogmática Penal
2. **Carga Horária:** 32 horas
3. **Ementa.** Teoria Geral do Delito. Teoria Geral da Pena.
4. **Objetivo:** Estudar detalhadamente a Parte Geral do Código Penal Brasileiro com o intuito de permitir que o discente conheça os institutos penais e aprenda a manejá-los adequadamente.
5. **Bibliografia:**
 - a. **Básica:**

NILO, Batista et al. Direito Penal Brasileiro I: Teoria Geral do Direito Penal. 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

SANTOS, Juarez Cirino dos. A Moderna Teoria do Fato Punível. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios Básicos de Direito Penal. 5ª ed., 17ª tiragem, São Paulo: Saraiva, 2012.
 - b. **Complementar:**

REALE JÚNIOR, Miguel. Teoria do delito - 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

ROXIN, Claus. Funcionalismo e imputação objetiva no Direito Penal - Tradução de Luís Greco. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

ZAFARONI, Eugênio Raul et al. Manual de Direito Penal Brasileiro - Parte Geral. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
 - c. **Bases de Dados**

Biblioteca digital Mackenzie: <https://www.mackenzie.br/biblioteca/recursos-de-pesquisa/bases-de-dados/>



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. **Nome da Disciplina:** Espécies de Investigações e de Ações Penais
2. **Carga Horária:** 32 h/a
3. **Ementa:** Inquérito policial. Procedimento investigativo criminal. Investigação criminal defensiva. Ações penais em espécie e suas peculiaridades, inclusive perante o STF e STJ.
4. **Objetivo:** Examinar a forma como o Estado investiga e processa criminalmente o acusado pela prática de um crime. Para tanto, é necessário estudar os modelos de investigação criminal, dentre eles a investigação conduzida pela autoridade policial, pelo Ministério Público e pela defesa, bem como realizar o aprofundamento sobre as espécies de ação penal e suas peculiaridades, inclusive o rito da ação penal originária perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça.

5. **Bibliografia:**

a. Básica

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Processo penal. 9ª ed. São Paulo: RT, 2021.

GRECCO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. 12ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 14ª ed. RT: São Paulo, 2017.

b. Complementar:

LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. Volume 2. Campinas: Millennium, 2009.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de: Curso de processo penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

c. Bases de Dados

Biblioteca digital Mackenzie: <https://www.mackenzie.br/biblioteca/recursos-de-pesquisa/bases-de-dados/>



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. **Nome da Disciplina:** Criminalidade na Administração Pública, Crimes Licitatórios e Lei Anticorrupção
2. **Carga Horária:** 32 h/a
3. **Ementa:** Crimes contra a Administração Pública. Crimes Licitatórios. Lei Anticorrupção.
4. **Objetivo:** Propiciar ao discente conhecimento teórico e prático sobre os crimes contra a Administração Pública, os crimes previstos na Lei de Licitações e a análise da Lei Anticorrupção, enfatizando, em todos, a posição dos Tribunais Superiores e da doutrina mais abalizada.
5. **Bibliografia:**
 - a. Básica

DIPP, Gilson; CASTILHO, Manoel L. Volkmer de. Comentários sobre a Lei Anticorrupção. São Paulo: Saraiva, 2016.

MASSON, Cleber. Crimes em Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Método, 2021.

SOUZA, Luciano Anderson de. Crimes contra a Administração Pública. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
 - b. Complementar

GRECO FILHO, Vicente. Dos crimes da lei de licitações. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas (coord.). Crimes contra a administração pública. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CURY, Daniela Marinho Scabbia. Conceito penal de funcionário público. São Paulo: Almedina, 2020.

PAGLIARO, Antonio; COSTA JÚNIOR, Paulo José. Crimes contra a administração pública. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.
 - c. Bases de Dados

Biblioteca digital Mackenzie: <https://www.mackenzie.br/biblioteca/recursos-de-pesquisa/bases-de-dados/>



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. **Nome da Disciplina:** Crimes Federais
2. **Carga Horária:** 32 h/a
3. **Ementa:** Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Lavagens de Capitais. Crimes Tributários e Crimes Previdenciários.
4. **Objetivo:** Examinar criticamente, de forma teórica e prática, os principais crimes investigados e processados no âmbito federal, tais como, os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, Lavagem de Capitais, Crimes Tributários e Crimes Previdenciários.
5. **Bibliografia:**

a. Básica

BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Crimes Federais. 11ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

ESPIÑEIRA, Bruno; CRUZ, Rogério Schietti; REIS JÚNIOR, Sebastião (org.). 3ª edição. Crimes Federais. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

STOCO, Rui. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

b. Complementar

BITENCOURT, Cezar Roberto; BREDÁ, Juliano. Crimes contra o sistema financeiro nacional e contra o mercado de capitais. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. Crime de Lavagem de Dinheiro. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

OLIVEIRA, Ana Carolina Carlos de. Lavagem de Dinheiro: responsabilidade pela omissão de informações. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2019.

ZIEMBOWICK, Rodrigo Luís. Crimes Tributários: extinção da punibilidade e sonegação. São Paulo: Almedina, 2020.

CURY, Rogério. Direito Penal Econômico. 1ª ed. São Paulo: Almedina. 2020.

c. Bases de Dados

Biblioteca digital Mackenzie: <https://www.mackenzie.br/biblioteca/recursos-de-pesquisa/bases-de-dados/>



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: Fake News, Crimes Cibernéticos e Lei Geral de Proteção de Dados.

- 1. Carga Horária:** 32 h/a
- 2. Ementa:** Análise, na visão da doutrina e jurisprudência sobre as Fake News, crimes cibernéticos, o agente infiltrado e demais técnicas de obtenção de provas digitais. Prevenção e repressão aos crimes cibernéticos. Análise dos principais aspectos da LGPD.
- 3. Objetivo:** Estudar o fenômeno das fake News e seus reflexos criminais. Bem como, aprofundar os conhecimentos teórico e prático sobre os demais crimes perpetrados no meio ambiente digital e as interações entre eles e a LGPD.

4. Bibliografia:

a. Básica

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; CONTE, Christiany Pegorari. Crimes no meio ambiente digital e a sociedade da informação. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

INELLAS, Gabriel Cesar Zaccaria de. Crimes na Internet. 2ª ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2009.

RAIS, Diogo (coord.). Fake News – A conexão entre a desinformação e o Direito. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

b. Complementar

SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. Crimes Cibernéticos (org.). 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado 2018.

c. Bases de Dados

Biblioteca digital Mackenzie: <https://www.mackenzie.br/biblioteca/recursos-de-pesquisa/bases-de-dados/>



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: Criminal *Compliance* e Responsabilidade Penal Empresarial

1. Carga Horária: 32 h/a

2. Ementa: Estudo sobre o instituto do *Compliance* e do Criminal *Compliance*. Estudo sobre a Responsabilidade penal dos dirigentes das empresas, por ação e omissão. Concurso de agentes no Direito Penal Empresarial. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Teoria do Domínio do Fato.

3. Objetivo: Promover uma análise crítica e prática sobre o instituto do criminal *compliance* e inserir o discente no atual debate sobre a responsabilidade penal das empresas e de seus dirigentes.

4. Bibliografia:

a. Básica:

FRAGOSO, Alexandre; FRAGOSO, Fernanda. A responsabilidade penal do Compliance Officer nas organizações. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

SARCEDO, Leandro. Compliance e responsabilidade penal da pessoa jurídica: construção de um novo modelo de imputação baseado na culpabilidade corporativa. São Paulo: Liber Ars, 2016.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.

b. Complementar

LOUREIRO, Maria Fernanda. *A responsabilidade penal da pessoa jurídica – a teoria do delito para a incriminação da empresa*. Curitiba: Juruá, 2017.

RUIZ FILHO, Antonio; SICA, Leonardo. Responsabilidade Penal na atividade econômico-empresarial – Doutrina e Jurisprudência Comentada. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. *Direito penal empresarial: a omissão do empresário como crime*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

_____ e SAAD-DINIZ, Eduardo. *Compliance, direito penal e lei anticorrupção*, São Paulo: Saraiva, 2015.

WEBER, Mark. Compliance e responsabilidade empresarial. Medidas anticorrupção à luz dos sistemas jurídicos do Brasil e dos Estados Unidos. Curitiba: Juruá, 2018.

c. Bases de Dados

Biblioteca digital Mackenzie: <https://www.mackenzie.br/biblioteca/recursos-de-pesquisa/bases-de-dados/>



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. **Nome da Disciplina:** Justiça Penal Negociada.
2. **Carga Horária:** 32 horas
3. **Ementa:** Estudo dos princípios inerentes à justiça penal negociada e dos institutos da Colaboração Premiada, Acordo de Não Persecução Penal, Suspensão Condicional do Processo e Transação Penal.
4. **Objetivo:** Propiciar ao discente conhecimento teórico e prático sobre o processo penal negocial.
5. **Bibliografia:**

a. Básica:

ANSELMO, Márcio Adriano. Colaboração premiada como novo paradigma do processo penal brasileiro. In: Estudos em homenagem ao professor Sérgio Moro. Curitiba: Instituto Memória, Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2017.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. A introdução do instituto da transação penal no direito brasileiro – e as questões daí decorrentes. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1997.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Comentários à lei dos juizados especiais criminais. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

b. Complementar:

BECHARA, Fábio Ramazzini. Colaboração processual: legalidade e valor probatório. Boletim IBCCrim, v. 23, n. 269, p. 6-7, abr. 2015.

CAPEZ, Rodrigo. O acordo de colaboração premiada na visão do Supremo Tribunal Federal. Cadernos Jurídicos: Escola Paulista da Magistratura, v. 17, n. 44, p. 117-130, jul./set. 2016.

COURA, Alexandre de Castro; BEDÊ JÚNIOR, Américo. Atuação do juiz no acordo de colaboração premiada e a garantia dos direitos fundamentais do acusado no processo penal brasileiro. Revista dos Tribunais, São Paulo. 2016.

c. Bases de Dados

Biblioteca digital Mackenzie: <https://www.mackenzie.br/biblioteca/recursos-de-pesquisa/bases-de-dados/>



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. **Nome da Disciplina:** Medidas Cautelares Pessoais e Reais
2. **Carga Horária:** 32 h/a
3. **Ementa:** Estudo e análise das formas de restrição e privação da liberdade. Reflexão crítica sobre a prisão processual e de suas espécies. Interface da prisão e outras medidas cautelares pessoais diversas. Análise e estudo das medidas cautelares reais no processo penal, em especial a busca e apreensão, sequestro, arresto e hipoteca legal de bens.
4. **Objetivo:** Permitir ao discente o conhecimento teórico sobre as regras e hipóteses de aplicação das medidas cautelares pessoais e reais no processo penal com o intuito de aprimorar a prática profissional no ambiente processual penal.
5. **Bibliografia:**
 - a. **Básica:**

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Processo penal. 9ª ed. São Paulo: RT, 2021.

CURY, Rogério; SUCASAS, Willey. Liberdade e medidas cautelares pessoais diversas da prisão. São Paulo: Rideel, 2020.

LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
 - b. **Complementar:**

DEZEM, Guilherme Madeira. Curso de processo penal. 3ª ed. São Paulo: RT, 2017.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de: Curso de processo penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 - c. **Bases de Dados**

Biblioteca digital Mackenzie: <https://www.mackenzie.br/biblioteca/recursos-de-pesquisa/bases-de-dados/>



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. **Nome da Disciplina:** Teoria Geral das Provas e Sistema de Nulidades.
2. **Carga Horária:** 32 h/a
3. **Ementa:** Apresentação e crítica sobre os sistemas de apreciação da prova processual e sobre os sistemas de nulidades. Reflexão sobre a atuação das partes e a participação do juiz na elaboração da prova. Cadeia de Custódia da Prova. Exame da (i)lícitude da prova e discussão sobre seu aproveitamento. Explicitação das provas em espécie. Teoria Geral das Nulidades. Nulidades em espécie. Efeitos da Nulidades.
4. **Objetivo:** Aprofundar os conhecimentos teórico e prático sobre as provas no processo penal e examinar criticamente os sistemas de nulidades, com o intuito de efetivar uma aplicação prática do processo penal.
5. **Bibliografia:**

a. Básica:

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. Provas. In MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (coord.). As reformas no processo penal: as novas Leis de 2008 e os projetos de reforma. São Paulo: RT, 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; e SCARANCA FERNANDES, Antonio. As nulidades no processo penal. 12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. 18ª ed. São Paulo: Editora Forense. 2021.

b. Complementar:

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Processo penal. 9ª ed. São Paulo: RT, 2021.

LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. Volume 2. Campinas: Millennium, 2009.

c. Bases de Dados

Biblioteca digital Mackenzie: <https://www.mackenzie.br/biblioteca/recursos-de-pesquisa/bases-de-dados/>



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. **Nome da Disciplina:** Processo Penal nos Tribunais - Recursos e Ações Impugnativas.
2. **Carga Horária:** 32 horas
3. **Ementa:** Teoria Geral dos Recursos. Recursos em Espécie: Apelação, Recurso em Sentido Estrito, Embargos Infringentes e de Nulidade, Embargos de Declaração, Recurso Ordinário Constitucional, Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Ações Autônomas de Impugnação: *Habeas Corpus*, Revisão Criminal e Reclamação Constitucional.
4. **Objetivo:** Desenvolver no corpo discente o conhecimento necessário para o manejo dos recursos criminais e das ações autônomas de impugnação, destacando a compreensão dos institutos nos Tribunais que lhe são afetos.
5. **Biblioteca:**
 - a. Básica

BADARÓ, Gustavo. Manual dos recursos penais. 4ª ed. São Paulo: RT, 2020.
GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; e SCARANCA FERNANDES, Antonio. Recursos no processo penal. 7. ed. São Paulo: RT, 2011.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 14ª ed. RT: São Paulo, 2017.
 - b. Complementar:

DEZEM, Guilherme Madeira. Curso de processo penal. 3ª ed. São Paulo: RT, 2017.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de: Curso de processo penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 - c. Bases de Dados

Biblioteca digital Mackenzie: <https://www.mackenzie.br/biblioteca/recursos-de-pesquisa/bases-de-dados/>



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: Aplicação do Conhecimento (Modalidade EAD)

2. Carga Horária: 48h/a

3. Ementa: O/A aluno/a deverá optar entre escrever um artigo científico ou produzir um plano de carreira.

ARTIGO CIENTÍFICO

Escolha do tema. Monografia/revisão de literatura e estudo de caso. Pesquisa quantitativa e qualitativa. Estrutura: elementos pré e pós textuais. Linguagem e etapas de construção do artigo científico. Introdução, desenvolvimento e conclusão do artigo. Problemas mais comuns na redação do artigo científico.

PLANO DE CARREIRA

Formação, profissão e carreira. O perfil do profissional do Direito “4.0”. Comunicação estratégica. Liderança e gestão de equipes jurídicas. Planejamento estratégico de empresas. Implementação e gestão de escritórios de advocacia. Desempenho e colocação profissional pós-formação. Planejamento de carreira.

4. Objetivo:

ARTIGO CIENTÍFICO

O componente curricular busca oferecer os principais parâmetros para elaboração de um artigo científico, a ser entregue ao final do componente. O/A aluno/a irá conhecer a parte conceitual da elaboração de um artigo científico, o raciocínio a respeito da metodologia aplicada e as premissas para a escolha de um bom tema de pesquisa, além de ter acesso às informações técnicas e de linguagem apropriada para sua adequada composição e apresentação.

PLANO DE CARREIRA

Estimular o desenvolvimento pessoal necessário à construção de uma carreira profissional, com a compreensão dos desafios inerentes à implementação da trajetória profissional pós-formação nos mais diferentes segmentos do mercado jurídico.